Ana Cristina Inteiro Guindeira (1 / 2)
Chefe de Divisão
Data Assinatura: 15/01/2026
HASH: 827b60326707 2f68ab1fc91d09cfb210



Pedro Miguel De Carvalho Duarte (2 / 2)
Presidente da Câmara Municipal
Data Assinatura: 15/01/2026
HASH: 4c671b5db7bc8551b879ab6942489 42d



ATA

Processo nº	Órgão Colegial
CM/2026/1	Câmara Municipal

DADOS DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO

Tipo Convocatória:

Ordinária

Data:

13 de janeiro de 2026

Duração:

Inicio às 16:00h e fim às 17:00h

Local:

Sala 5

Presidida por:

Pedro Miguel De Carvalho Duarte

Secretariada por:

Ana Cristina Inteiro Guindeira

Presenças na sessão:

Nome Completo	Presente
Pedro Miguel De Carvalho Duarte	SIM
Vera Lúcia Pires De Carvalho	SIM
Ana Maria Proença Filipe	SIM
Francisco Pedro Salgado Gouveia	SIM
Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho	SIM

Verificadas as presenças e respetivo quórum da sessão, o Presidente abriu a sessão, procedendo à deliberação sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Código Validação: 3E599HPFYJRTMJ7SQSTHKJHNE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 1 / 8

A) Período antes da ordem do dia
Período antes da ordem do dia

Nos termos do artigo 52º, do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, foi iniciado o período antes da ordem do dia, com as seguintes intervenções:

1 –

” A Vereadora do PS, Dr.ª Vera Carvalho comunicou que, atualmente, a Fundação Côa Parque é o centro de investigação para 27 bolseiros de doutoramento que, por imperativo das suas bolsas, devem fixar-se na região pelo período mínimo de um ano. Estes investigadores assumem integralmente os seus custos de alojamento, deparando-se, contudo, com uma oferta habitacional manifestamente insuficiente e desajustada às necessidades de fixação a longo prazo. Soma-se a esta realidade os períodos de campanhas de escavação arqueológica, que trazem ao concelho arqueólogos e estudantes universitários. A escassez de alojamento tem obrigado ao recurso a soluções precárias e/ou improvisadas — como a utilização da Escola Primária da Muxagata — que, apesar de meritórias, não conferem a dignidade nem as condições logísticas adequadas ao trabalho científico de excelência que aqui se desenvolve. Face ao exposto, a Vereadora do PS questionou o Sr. Presidente sobre o seguinte: 1. Existe em vista a celebração de um protocolo entre o Município/ CAR e a Fundação Côa Parque especificamente destinado à cedência (por valor simbólico) ou à criação ou reabilitação de infraestruturas de alojamento para investigadores? 2. Está prevista a utilização de património edificado municipal, atualmente devoluto, para colmatar esta falha habitacional, permitindo que o investimento dos 27 bolseiros permaneça na economia local? 3. Que medidas de curto prazo estão a ser planeadas para garantir que, nas próximas campanhas arqueológicas, as equipas não dependam de soluções improvisadas para o seu alojamento? A fixação destes jovens investigadores é uma oportunidade única para o rejuvenescimento e dinamização de Foz Côa. A ausência de uma resposta logística eficaz poderá comprometer a continuidade de futuros projetos de investigação no nosso território.”

O Sr. Presidente da Câmara, Engº Pedro Miguel de Carvalho Duarte, respondeu que o executivo está sempre disponível para colaborar, no encontrar de soluções que sirvam as pessoas, com todas as Instituições do território.

2-

“Relativamente ao Douro Trail Adventure, a Vereadora do PS, a Dr.ª Vera Carvalho solicitou esclarecimentos técnicos relativos ao traçado dos percursos definidos, face aos seguintes pontos: 1. Utilização de Propriedades Privadas: Considerando que o Município apoia o evento em caminhos públicos, solicita-se a confirmação se o traçado previsto atravessa, em algum ponto, propriedades de natureza privada. 2. Autorizações de Passagem: Caso o

Código Validação: 3E599HPFYJRTMJ7SQSTHKJHNE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 2 / 8

percurso inclua propriedades privadas, gostaria de ser informada se foram (ou serão) solicitadas autorizações formais aos respectivos proprietários. 3. Tipologia dos Caminhos: Solicitou esclarecimento se a prova será realizada maioritariamente em caminhos vicinais ou trilhos de uso público, e se existe um levantamento das áreas que requerem intervenção ou autorização especial."

O Sr. Presidente da Câmara, Engº Pedro Miguel de Carvalho Duarte, esclareceu que as marcações do Foz Côa Douro Trail são efetuadas no dia anterior à prova e retiradas no próprio dia. O Sr. Presidente pediu ainda que qualquer reclamação, seja dirigida diretamente ao Gabinete da Presidência para que seja tratado no devido tempo.

3-

O Sr. Vereador do PS, Francisco Pedro Salgado Gouveia, questionou se houve alguma reunião com a ULS da Guarda, solicitando saber, em caso afirmativo, qual o conteúdo da mesma.

O Sr. Presidente da Câmara, Engº Pedro Miguel de Carvalho Duarte, confirmou a existência da mencionada reunião, e que a mesma se desenrolou no sentido de dar a conhecer à autarquia o "estado de saúde" do concelho, numa perspetiva de colaboração entre os serviços do Estado. Referiu que lhe foi transmitido/garantido nessa mesma reunião, que as extensões de saúde, embora com alguns constrangimentos no que se refere ao seu funcionamento, não irão encerrar.

B) Ordem do dia	
Utilização de reserva de recrutamento interna do procedimento concursal comum para recrutamento na carreira/categoria de técnico superior, na área de serviço social.	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

PLANEAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

(Lei n.º 35/2014, de 20 de junho)

Utilização de reserva de recrutamento interna do procedimento concursal comum para recrutamento na carreira/categoria de técnico superior, na área de serviço social.

Considerando que:

Utilização de reserva de recrutamento interna do procedimento concursal comum para recrutamento na carreira/categoria de técnico superior, na área de serviço social.

Após análise aos serviços municipais, com o objetivo de determinar se os trabalhadores em exercício de funções são em número insuficiente, suficiente ou excessivo, para prosseguir as atribuições e competências desses serviços, concluiu-se que o Município tem

Código Validação: 3E599HPFYJRTMJ7SQSTHKJHNE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 3 / 8

insuficiência de recursos humanos para ocupação de postos de trabalho, previstos e não ocupados no seu mapa de pessoal.

A Câmara Municipal, em reunião ordinária do dia 4 de setembro de 2023, aprovou a abertura do procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego público em funções públicas por tempo indeterminado na área de serviço social. O referido procedimento foi publicado no Diário da República, 2ª série, nº 190 de 29 de setembro de 2023.

Verifica-se que a lista de ordenação final foi homologada no dia 9 de outubro de 2024, tendo sido admitidos dois candidatos, encontrando-se candidatos em situação de reserva de recrutamento (doc. 1).

De acordo com os nºs 5 e 6 do artigo 25º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, sempre que, em resultado de procedimento concursal comum, publicitado por um órgão ou serviço, a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar, é constituída uma reserva de recrutamento interna.

A reserva de recrutamento é válida pelo período de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho.

Contudo, foi efetuada a consulta à CIMDOURO – Comunidade Intermunicipal do Douro, no que respeita à existência de pessoal em situação de requalificação, cuja resposta junto se anexa (doc.2).

O Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de setembro, que procedeu à aplicação e adaptação à Administração Local da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, determina nos artigos 1º e 9º que o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou alguns postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, são precedidos de aprovação do órgão executivo.

Encontram-se reunidos os prossupostos para a ocupação deste posto de trabalho:

a) Imprescindibilidade do recrutamento para serem asseguradas as obrigações de prestação de serviço público;

b) Previsão dos encargos no orçamento do Município de Vila Nova de Foz Côa e existência dos postos de trabalho no mapa de pessoal aprovado para o ano de 2026.

Nos termos do disposto no artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal.

Código Validação: 3E599HPFYJRTMJ7SQSTHKJHNE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 4 / 8

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/81 de 9 de Janeiro de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar o recrutamento de três candidatos, em reserva de recrutamento, de acordo com a lista de ordenação final do procedimento concursal em epígrafe, a fim de suprir as necessidades dos serviços da Câmara Municipal.

Autorização de abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de assistente operacional, na área de motorista de pesados.	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

PROPOSTA

PLANEAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

(Lei n.º 35/2014, de 20 de junho)

Autorização de abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de assistente operacional.

Considerando que:

Após análise aos serviços municipais, com o objetivo de determinar se os trabalhadores em exercício de funções são em número insuficiente, suficiente ou excessivo, para prosseguir as atribuições e competências desses serviços, concluiu-se que o Município tem insuficiência de recursos humanos.

Deste modo, torna-se premente promover o recrutamento do posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, atendendo a que se trata de atividade essencial ao funcionamento dos serviços municipais a longo prazo, logo de natureza permanente, uma vez que é necessário para garantir a operacionalização, e regular funcionamento dos serviços municipais.

Considerando o disposto no nº1, do artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, tal recrutamento deve ser precedido de aprovação do órgão executivo.

Nos termos do disposto no artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do

Código Validação: 3E599HPFYJRTMJ7SQSTHKJHNE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 5 / 8

Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal aprovado e plano anual de recrutamento para o ano de 2026.

1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional na área de motorista de pesados.

Que o recrutamento de ocupação do posto de trabalho supra identificado, seja feito de entre trabalhadores com vínculo de emprego público e termo ou sem vínculo de emprego público, em que poderão concorrer ao procedimento trabalhadores com e sem vínculo, conforme plano anual de recrutamento para o ano de 2026.

Encontram-se reunidos os pressupostos para a abertura do procedimento:

a) Imprescindibilidade do recrutamento para serem asseguradas as obrigações de prestação de serviço público;

b) Previsão dos encargos com a contratação no orçamento do Município de Vila Nova de Foz Côa e inclusão do posto de trabalho no mapa de pessoal aprovado para o ano de 2026.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/103 de 8 de janeiro de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, e face às atividades e objetivos do Município de Vila Nova de Foz Côa, constantes das opções do plano e do mapa de pessoal, aprovar a abertura do procedimento concursal para o preenchimento do posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional na área de motorista de pesados, previsto e não ocupado no mapa de pessoal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Processo 244/2026 - Protocolo de Utilização do CAR entre o Município e o Centro Internacional de Matemática.	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Protocolo

O Centro Internacional de Matemática, pretende descentralizar ações de trabalho que realiza variadíssimas vezes durante o ano, para investigadores nacionais e internacionais na área da matemática. Do conhecimento que dispõem da instalação, são unanimes em referir que a mesma dispõe de condições impares para as necessidades do centro. Assim, solicitam a assinatura do presente protocolo (anexo).

Código Validação: 3E599HPFYJRTMJ7SQSTHKJHNE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 6 / 8

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/114 de 9 de janeiro de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar o protocolo supramencionado.

Processo 248/2026. Protocolo de Colaboração Institucional entre a Comunidade Intermunicipal do Douro e o Município de Vila Nova de Foz Côa - Encontro Intermunicipal de Cantadores de Janeiras.	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

O presente Protocolo tem por objeto formalizar a parceria institucional entre a Comunidade Intermunicipal do Douro e o Município de Vila Nova de Foz Côa, para a organização e realização do Encontro Intermunicipal de Cantadores de Janeiras, a realizar-se no espaço Expocôa, no dia 25 de janeiro de 2026.

O presente protocolo encontra-se no separador documentos.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/115 de 9 de janeiro de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar o protocolo supramencionado.

Processo 3764/2025 - Aprovação de minuta da empreitada 24/25 - Pavimentação, rede de água, saneamento e águas pluviais na Rua das Pintas em Castelo Melhor, pintura dos muros do cemitério, pavimentação da Travessa da Capela e PH em Orgal.	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Assunto: 24/25 - Pavimentação, rede de água, saneamento e águas pluviais na Rua das Pintas em Castelo Melhor, pintura dos Muros do Cemitério, pavimentação da Travessa da Capela e PH em Orgal

No seguimento da deliberação de câmara de 4/11/2025, relativa à caducidade de adjudicação ao concorrente João Veiga Construções, Lda. e consequente adjudicação ao concorrente ordenado no lugar subsequente OPUALTE - Construções, S.A. é necessário

Código Validação: 3E599HPFYJRTMJ7SQSTHKJHNE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 7 / 8

proceder à aprovação da minuta do contrato ao novo adjudicatário.

De acordo e para os efeitos previstos no artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos anexa-se para aprovação a minuta do contrato.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/121 de 9 de janeiro de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar a minuta do contrato relativo à empreitada "24/25 - Pavimentação, rede de água, saneamento e águas pluviais na Rua das Pintas em Castelo Melhor, pintura dos Muros do Cemitério, pavimentação da Travessa da Capela e PH em Orgal".

Resumo Diário de Tesouraria.	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: tomar conhecimento.

C) Período de intervenção e esclarecimento ao público
Intervenção do público

Esta reunião foi pública, nos termos dos nº 2 e do nº 6 do artigo 49º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, tendo a mesma contado com a presença do Senhor Célio Alves, residente na freguesia de Santa Comba, que fez a seguinte intervenção:

Em relação à mobilidade disponível ao serviço da população deste Concelho, mais concretamente os serviços de transporte em autocarro dos trajetos Lisboa ou Porto de, e, para Vila Nova de Foz Côa, demonstrou a sua preocupação por demorarem muitas horas, sendo importante pensar-se numa alternativa de mobilidade entre o Concelho e os grandes centros urbanos, de forma a que estes trajetos sejam mais céleres.

E não havendo mais nada a tratar, eram 17:00h, quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu por encerrada a reunião, tendo antes sido deliberado por unanimidade aprovar a presente ata, a qual depois de lida, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e por mim, Ana Cristina Inteiro Guindeira, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que a lavrei.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Código Validação: 3E599HPFYJRTMJ7SQSTHKJHNE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 8 / 8